

Elementos Emancipatórios na Pobreza Multidimensional: A Gestão dos Ativos Intangíveis e do Capital Social

<http://dx.doi.org/10.21527/2237-6453.2020.53.183-201>

Recebido em: 24/11/2019

Aceito em: 10/9/2020

Marinette Santana Fraga,¹ Cláudia Aparecida Avelar Ferreira,²
Armindo dos Santos de Sousa Teodósio³

RESUMO

O estudo objetiva uma visão da pobreza em uma perspectiva emancipatória que possibilita problematizar as concepções de pobreza multidimensional com cerne no discernimento e gestão de ativos intangíveis e capital social. Para tal finalidade, realizou-se uma revisão da literatura narrativa no desenvolvimento deste ensaio teórico, tendo como recorte a pobreza, os capitais e os ativos intangíveis. O conteúdo contribui com a visão multidimensional da pobreza, para a qual essa situação não se baseia somente na escassez da renda, indo além do preconizado na teoria econômica tradicional. Os fundamentos teóricos perpassam pelas abordagens sociológicas de Sen (2000) e de Bourdieu (1986). O resultado indica que as dimensões relacionais não são apercebidas e aplicadas no campo da Administração, posto que trabalham com o capital social na vertente financeira e de investimentos. Existe uma lacuna a ser explorada que abrange as ambiguidades conceituais, entre elas o conceito do capital social com enfoque econômico e financeiro, que deixa à margem as relações sociais imersas nas origens e mutações dos capitais. Essa visão capitalista contradiz-se com a sustentabilidade, que se torna essencial aos estudos da pobreza, ou, melhor, das pobrezas a serem estudadas pelo campo da Administração.

Palavras-chave: Pobrezas. Capital social. Ativos intangíveis. Administração. Gestão social.

EMANCIPATORY ELEMENTS IN MULTIDIMENSIONAL POVERTY: THE MANAGEMENT OF INTANGIBLE ASSETS AND SOCIAL CAPITAL

ABSTRACT

The study aims at a view of poverty in an emancipatory perspective that allows to problematize the conceptions of multidimensional poverty with its core in the discernment and management of intangible assets and social capital. For this purpose, a review of the narrative literature was carried out in the development of this theoretical essay, focusing on poverty, capital, and intangible assets. The content contributes to the multidimensional view of poverty, for which this situation is not based only on the scarcity of income, going beyond what is recommended in traditional economic theory. The theoretical foundations run through the sociological approaches of Sen (2000) and Bourdieu (1986). The result indicates that the relational dimensions are not perceived and applied in the field of Administration, since they work with social capital in the financial and investment aspects. There is a gap to be explored that encompasses conceptual ambiguities, among them, the concept of social capital with an economic and financial focus that leaves out social relations immersed in the origins and mutations of capital. This capitalist view contradicts itself with the sustainability that becomes essential to studies of poverty, or rather, of the poverty to be studied by the Administration field.

Keywords: Poverty. Social capital. Intangible assets. Administration. Social management.

¹ Doutoranda em Administração pelo Programa de Pós-Graduação em Administração da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUCMinas). Professora da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). <http://lattes.cnpq.br/1916985498866842>. <https://orcid.org/0000-0003-4470-4563>. marinettefraga@outlook.com

² Doutoranda em Administração pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUCMinas). <http://lattes.cnpq.br/8301858237138117>. <http://orcid.org/0000-0002-8802-1716>. claudiahgv@gmail.com

³ Doutor em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Professor da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUCMinas). <http://lattes.cnpq.br/2167878748442691>. <http://orcid.org/0000-0002-7835-5851>. armindo.teodosio@gmail.com

Os desafios da pobreza mundial constituem-se em um fenômeno social inquietante e possível de resolução ou de ser mitigado em longo prazo em todos os países, principalmente no Brasil. Apesar de sua gravidade e urgência, nas sociedades contemporâneas a visão da pobreza multidimensional insere-se nos espaços de reprodução de políticas públicas com cerne na pobreza monetária e concepções distintas da gestão social de ativos intangíveis e capitais sociais. Esses elementos podem ser estruturantes e emancipatórios da pobreza, mas carecem de um elo de compreensibilidade que interliga abordagens da Administração e da Sociologia.

As concepções de pobreza perpassam por diversas vertentes, sendo: a socioeconômica: pobreza relacionada a ativos tangível e intangível (TOWNSEND, 1979); pobreza como ausência de necessidades básicas (STREETEN *et al.*, 1981); pobreza segundo a percepção dos protagonistas (NARAYAN, 2000); pobreza como juízo de valor (HOBSBAWM, 1968; SEN, 1981; CRESPO; GUROVITZ, 2002); pobreza relativa com ênfase no bem-estar (CRESPO; GUROVITZ, 2002; NAVARRO; ARCE, 2016) e pobreza oriunda da privação material, emocional e simbólica (LIPINA; EVERS, 2017). Sen (2000) apresenta, nesta vertente, a pobreza na teoria das capacitações, ao referir que os indivíduos estão aptos a fazer, bem como as condições em que eles podem planejar, organizar e realizar ações para ter vida significativa.

Na vertente econômica, a pobreza é vista como fenômeno multidimensional, relacional e dinâmico (SPICKER; ÁLVAREZ; LEGUIZAMÓN, 2006), pobreza como violação de direitos humanos (SILVA, 2010) e pobreza baseada na renda (DINZEY-FLORES, 2017). Na vertente sociológica, a pobreza é vista como capacidades, liberdades, oportunidades, afirmação e sustentabilidade (NARAYAN, 2000; SEN, 2000; BOURDIEU, 1980, 1986, 2002, 2005); e na sustentável: pobreza como renda e liberdades individuais (STEVEN *et al.*, 2017).

Ressalta-se que a apropriação dos ativos intangíveis e dos capitais sociais podem ser encontrados na teoria sociológica de Bourdieu voltada para o estudo dos capitais. Outros campos de pesquisa, todavia, como a Administração, utilizam os termos desses elementos com prevalência econômica. Isso pode dificultar a gestão dos ativos intangíveis e dos capitais sociais, posto que a pobreza compreende diversas vulnerabilidades de uma parcela da população, levando a efeitos maléficos (IJAIYA; MARIKAN; RAMLI, 2016). Tal assertiva encontra-se também na produção acadêmica em relação à abordagem de ativos intangíveis e capital social na perspectiva sociológica e da Administração, em especial, com o objeto de estudo no contexto das capacidades emancipatórias dos sujeitos que vivenciam a situação de pobreza.

Alguns estudiosos adentraram nas pesquisas desses elementos emancipatórios, como Matthews e Besmer (2015) em seu estudo sobre redes sociais, pobreza e capital social, que evidenciam que o não reconhecimento, na política, das ligações entre a pobreza e o capital social, proporcionou os cortes nos serviços públicos no Reino Unido. Moser (1998), em seus estudos na América Latina, retrata que a concepção da estrutura de ativos e vulnerabilidades apresentou um avanço significativo ao explicitar que os riscos de mobilidade social descendentes não se estendiam somente para a população pobre, mas para a sociedade em geral, uma vez que a desproteção e a insegurança

transcendem a capacidade de satisfação das necessidades básicas. Outra contribuição dessa autora, ao estudo, foi considerar os ativos individuais como condicionantes do grau de vulnerabilidade na situação de pobreza.

A vulnerabilidade é entendida a partir da existência ou não de ativos ou capitais, estes também conhecidos como recursos, que estruturam as oportunidades disponíveis nas esferas socioeconômicas e influenciam o estado de respostas perante as situações de risco; trata-se dos atores sociais, seja o indivíduo ou as famílias. Nesse sentido, pode ou não ocorrer a deterioração dos recursos das pessoas, de seus direitos e das suas relações sociais (KAZTMAN *et al.*, 1999).

A perspectiva da pobreza, no desenho de políticas públicas e de diversas intervenções realizadas dentro dos pressupostos da Gestão Social, os pesquisadores e os gestores, aproximam-se para as concepções de pobreza que priorizam a visão clássica da renda, ainda que tentem dar conta da visão contemporânea que inclui os ativos intangíveis da pobreza multidimensional. Camara, Misoczky e Pedroso (2013), ao analisarem a produção científica nos Anais dos Enanpads e EnAPGs de 2004 a 2012, concluíram que a maioria absoluta dos textos primam pela reprodução de ideias hegemônicas centradas no mercado, reproduzindo uma visão tradicional da pobreza que consome recursos e é diferenciada pela renda. Esses autores ampliaram o estudo usando a mesma base de dados até o ano de 2016, e abonam o achado de pesquisas anteriores de que na produção teórica sobre a pobreza permanece a ideia consensual centrada no mercado. Esse é o cerne organizador da vida social e política (CAMARA; MISOCZKY, 2019).

Foi realizada uma busca exploratória nas Ciências Sociais sobre a temática pobreza, e o resultado evidencia que as pesquisas têm abordado como objeto de estudo a redução da pobreza em países como Índia, Butão, Nigéria e Brasil. Entre as diversas pesquisas, encontram-se os estudos de Ijaiya, Marikan e Ramli (2016), Tenzin, Otsuka e Natsuda (2015), Cecchi, Molinas e Sabatini (2009), Santos e Carrion (2009) e Helal e Neves (2007), compreendendo essa questão social em dimensões múltiplas.

Diante dessas contextualizações, o objetivo do presente ensaio foi problematizar as concepções de pobreza multidimensional com base no discernimento e gestão de ativos intangíveis e capital social como elementos emancipatórios e necessários para a sobrevivência. Este estudo contribui para a concepção contemporânea e sociológica do conceito de pobreza e defende que esse conceito deve transcender à base tradicional de segregação que é a renda, e almejar a gestão de ativos intangíveis e capitais sociais para a situação de pobreza. Segundo Sen (2000), pobreza representa a negação de oportunidades e escolhas ao indivíduo para o seu desenvolvimento humano, explicitando, assim, que a pobreza se refere à privação de capacitações.

Essa concepção de Sen (2000) coaduna com o conceito de pobreza como violação de direitos humanos, o que abre caminho para o aprimoramento do pensamento estatístico de pobreza monetária, levando à percepção do conceito como conhecimento de privação perante as necessidades humanas essenciais e imediatas, entre elas alimentação, habitação, educação, saúde, segurança e participação na vida econômica e cívica. Dessa forma, amplia o domínio de observação a toda a população residente, vivendo ou não em agregados familiares (SILVA, 2010).

Assumindo que a situação de pobreza decorre principalmente de um desequilíbrio de distribuição de renda na sociedade, exploração de mão de obra e exclusão aos direitos fundamentais do cidadão, chega-se à compreensão do funcionamento das classes em sociedades capitalistas. Essas são portadoras de ativos intangíveis e de capitais sociais que fortalecem a distinção social. Tais elementos precisam ser aplicados e proporcionados para as classes econômicas baixas que vivenciam ou vivenciaram o ciclo da pobreza.

Nesse estudo, reitera-se a utilização da perspectiva de Bourdieu, que vai ao encontro desse conceito multidimensional. Segundo Bourdieu (1986), o capital social está alinhado aos recursos de valor oriundos da rede de relacionamentos do indivíduo, por meio da inserção em redes sociais. Essa concepção de Bourdieu tem sido central em diversos estudos, como nas pesquisas de Bertolami *et al.* (2018), Álvarez e Romani (2017), Fialho (2016), Melo, Regis e Bellen (2015), Santos e Carrion (2009) e Helal e Neves (2007).

A perspectiva de Bourdieu permite o delineamento dos termos de capitais sociais e intangíveis da abordagem das Ciências Sociais no campo da Administração, que, ao adotar a visão sociológica dos referidos termos, amplia suas percepções organizacionais, financeiras e de mercado em prol de um desenvolvimento que integra o mundo dos negócios com os problemas sociais, cujo centro é o capital humano. Sem esse capital, todo o funcionamento das instituições pode estar fadado ao fracasso e à descontinuidade de suas atividades. Compreende-se que o principal capital humano é a vida e sem ela não haverá o que administrar, tampouco o capital econômico responsável por sustentar o poder dominante.

Segundo Fialho (2016, p. 69), “para a sociologia, o capital social possibilita a cooperação entre duas partes. O capital social implica a sociabilidade de um grupo humano, com os aspectos que permitem a colaboração e o seu uso”. A importância deste estudo, portanto, fundamenta-se na tentativa de ampliar as concepções da gestão dos ativos intangíveis e do capital social como forma de capacitar e emancipar o sujeito da situação de pobreza e reduzir as vulnerabilidades sociais.

Realizou-se uma revisão de literatura narrativa (DA SILVA, 2019), visando a promover o debate dos temas de forma generalizada e lacunas conjunturais no campo da administração para construir este ensaio teórico, articulando o tema pobreza com sustentabilidade, destacando a relevância dos ativos intangíveis e dos capitais sociais. Nos seus tópicos, é observada a questão das Pobrezas e de Capitais sob a predominância e relevância das relações entre os atores sociais, entre eles o meio ambiente.

De forma a atender as presentes instigações, desenvolveu-se a seguinte estrutura de conteúdo. Após a introdução tem-se o tópico referente ao discernimento das classes sociais e de capitais sob a perspectiva sociológica de Bourdieu, quando se buscou enfatizar os ativos intangíveis e os capitais sociais na situação de pobreza. O tópico seguinte destaca a multidimensionalidade da pobreza explicitando a diversidade conceitual para a pobreza e a defesa da sua não univocidade. Diante dessa defesa, foi elaborada uma estrutura conceitual contemporânea da pobreza (ECCP). Dando sequência, retrata-se que os estudos da pobreza multidimensional devem ser abordados pela ciência da Administração com a inserção dos saberes sociológicos em relação a ativos intangíveis e capital social, visto a existência de ambiguidades entre seus conceitos e a

aplicação de um elo entre eles, que podem favorecer a gestão dos ativos intangíveis e dos capitais na situação de pobreza. Finaliza-se com algumas considerações que abrem novas possibilidades de interpretação e percepção das políticas públicas e das discussões teóricas e teórico-aplicadas ou empíricas no campo da Gestão Social, em prol da problemática da pobreza.

CLASSES SOCIAIS SOB A PERSPECTIVA DE BOURDIEU E SEUS CAPITAIS NA SITUAÇÃO DE POBREZA

A visão de Bourdieu possibilita entender a questão da sociedade estratificada em classes ou grupos de *status*. A situação de classes pode ser definida como posição em um sistema de relações de produção. É por meio da classe social que se estabelecem identificações e a forma de partilhar algumas características econômicas, sociais e culturais (BOURDIEU, 2005).

Bourdieu (2005) cita a definição de Max Weber, de que classe social, enquanto grupo de indivíduos, refere-se aos que partilham a mesma classe, logo, a mesma situação de mercado. Assim, tendem a possuir as mesmas peculiaridades no mercado de bens e de trabalho, as mesmas condições de existência e de experiências pessoais. Enfim, caracterizam-se em grupos por estilos de vida diferentes no espaço social, principalmente quanto ao consumo.

A estrutura social é constituída de três dimensões: a estrutura de capitais em presença, o volume dos capitais e a sua evolução ao longo do tempo. A conjugação desses elementos permite captar tanto os deslocamentos laterais quanto os horizontais na estrutura social. Essas dimensões compõem os tipos de capitais estruturais e estruturantes (BOURDIEU, 2005, 2002).

O capital estrutural é formado pelo econômico, cultural e social, posto que o capital estruturante é o simbólico. A soma dos capitais é que define a probabilidade de ganho em um dado campo e momento específico. O capital cultural vem da educação formal que dá base ao indivíduo e possibilita o acesso ao mercado qualificado. O capital simbólico é o do reconhecimento e o do prestígio, o qual dá legitimidade ao indivíduo. As pessoas, portanto, possuem diferentes capitais que delimitam a que grupo pertencer e o espaço a ocupar. Possuir capital cultural e econômico, todavia, não é suficiente para a mudança de grupo ou classe, pois o mundo social é um sistema simbólico (BOURDIEU, 2005, 2002).

O capital social, segundo Bourdieu (1980), corresponde a um conjunto dos recursos atuais ou potenciais embrenhados em uma rede duradoura de relações mais ou menos institucionais de intra e interconhecimento. Esse capital social, formado pelo amplo conjunto de laços fortes e fracos, propicia o desenvolvimento da confiança mútua e abriga as informações e conhecimentos novos, exercendo as funções de controle social, apoio familiar e benefícios por meio de redes fora da família (FIALHO, 2016). Tais redes podem ser formais ou informais e são essenciais para o acesso às oportunidades e benefícios das relações.

A participação na rede amplia as oportunidades de conversão do capital social em econômico e simbólico, e vice-versa. Helal e Neves (2007) destacam a visão de Bourdieu em relação ao capital social como microssociológica e enfatizam o capital social

individual como um recurso utilizado em benefício próprio, mas que tem dependência da rede de relações mobilizada pelo indivíduo e do volume de capital possuído pelos membros da rede. Para esses autores, as pessoas que participam de organizações sociais possuem maiores oportunidades para obtenção de renda, desenvolvendo a capacidade de superação da situação de pobreza (MELO; REGIS; BELLEN, 2015).

Para Bourdieu (1980), o capital social possui alto grau como ativo intangível ao ser comparado com o capital humano e econômico, pois o capital humano está na mente da pessoa, o econômico nas contas bancárias e o social depende da estrutura das relações pessoais. O indivíduo precisa, portanto, ter relacionamentos com os seus bens, direitos e com os outros atores, uma vez que as relações são as origens das fontes de recursos e podem trazer futuros benefícios. A relação entre pobreza e capital social, segundo Bourdieu (1986), decorre de que esse capital qualifica a posição relativa das pessoas na estrutura de classe (FIALHO, 2016).

A partir de Bourdieu há a orientação na definição de capital social como o valor das conexões geradas pelos vínculos e pela constante interação social entre indivíduos que compartilham normas, atitudes de confiança mútua, pertencimento comunitário, solidariedade e reciprocidade. Andriani e Karyampas (2010) destacam, na pesquisa Capital Social, Pobreza e Exclusão Social na Itália, o conceito de capital social como concebido por Bourdieu. Os resultados de suas pesquisas evidenciaram que o capital social afeta o padrão de vida das famílias italianas com base na pobreza. Os autores utilizaram como índices de capital social a atividade associativa de Putnam (2000), uma *proxy* da densidade regional de distritos industriais e o modelo empírico desenvolvido por Groottaert (2001). Também, confirmaram a teoria do capital social e o mecanismo de transição da pobreza, avançado por Woolcock e Narayan (2000) e destacaram a correlação positiva do capital social com o nível de vida mais alto.

Andriani e Karyampas (2010), ao utilizarem o diagrama proposto por Woolcock e Narayan (2000), defenderam a existência de dois elementos essenciais para que o capital social pudesse funcionar como ativo, que é o funcionamento constante da rede e a importância dos recursos embutidos, como o fluxo de informação e a atitude em relação à cooperação. Conforme Woolcock e Narayan (2000, p. 232), por meio dos mecanismos interativos do capital social, as pessoas podem adquirir habilidades e recursos embutidos na esfera micro de comunidade, para desenvolvê-las e ampliar nas redes que transcendem *in loco*, participando de forma ativa em âmbito macroeconômico e político.

Warren, Thompson e Saegert (2014) defendem que o capital social pode ser considerado um dos tipos de ativos sociais. Os capitais sociais, todavia, não dão alívio imediato à pobreza, porque alavancam investimentos em capital humano e recursos financeiros domésticos. Os autores explicitam que na situação de pobreza, para sobreviver, as pessoas esperam o apoio de relacionamentos familiares amplos e de organizações mais formais, como igrejas e escolas. Tais estruturas, vindas após a dos familiares, são consideradas relevantes, por estudiosos, por fornecer apoio e promover dinamismo nas comunidades pobres. O trabalho de Warren, Thompson e Saegert (2014) chama atenção para estudos a respeito de organização social e as normas de cooperação das comunidades, bem como para suas relações externas institucionais e seu desenvolvimento.

A compreensão dos ativos intangíveis ou sociais permite o entendimento de como uma ação pode proporcionar às pessoas em situação de pobreza meios de se organizarem de forma solidária. A partir dessa organização, as pessoas podem encontrar meios de agregar valor aos recursos disponíveis em prol da coletividade, constituindo o capital social (XAVIER; PACHECO; PADOAN, 2008).

CONCEPÇÕES DE POBREZA E SUA MULTIDIMENSIONALIDADE

O conceito de pobreza envolve a compreensão de diversos fatores e suas relações com as múltiplas dimensões específicas de cada contexto. No campo dos estudos desse conceito tem-se como consenso que a sua percepção é multidimensional. Steven *et al.* (2017, p. 9) propõem a “interação de múltiplos fatores físicos, naturais e culturais na visão clássica da pobreza como renda”, apresentando uma visão multidimensional sustentável que abrange distintas respostas de alívio e de insumos de ativos, como transformadores de mudança essenciais para um desenvolvimento sustentável, integrado com meta para superar a pobreza (ABRAMOVAY, 2012).

Nessa vertente, encontra-se o campo dos mercados financeiros, no qual a visão da pobreza com sustentabilidade se faz presente e insere-se como elemento da denominada inclusão financeira. Esses campos envolvem as microfinanças e seus diversos instrumentos, como os microsseguros e os microcréditos, que priorizam as boas relações entre as partes. Nesse contexto, a visão de sustentabilidade microfinanceira na situação de pobreza deve ser pautada pela ética dos diversos agentes dos mercados e da sociedade (FRAGA; TEODÓSIO, 2018, ABRAMOVAY, 2012).

As abordagens socioeconômicas ainda consideram saúde (nutrição, ações para conter a mortalidade infantil), educação (anos de instrução, escolaridade) e padrão de vida (consumo de alimentos, água, eletricidade, bens móveis e imóveis), simultaneamente, como indicadores de necessidades e direitos básicos (PNUD, 2010, 2013, 2015). Tais indicadores dependem da vertente de quais medidas são utilizadas para o tipo de pobreza existente. Assim, uma pessoa poderá ser definida como pobre em uma instância e em outra não.

A mensuração da pobreza utiliza medidas uni e multidimensionais. Lipina e Evers (2017), nos seus estudos de neurociências, apontam as influências da pobreza nos sistemas cognitivo, emocional, nos ativos intangíveis e pessoais. Os autores propõem analisar como diferentes fatores individuais e contextuais estão associados à privação de capital material, emocional e simbólico, ou seja, à falta de comida, abrigo, educação e saúde. Nesse âmbito, Cairns (2017) e MacDonald *et al.* (2005) descreveram que o acesso ao capital social proporciona recursos não econômicos, envolvendo apoio prático, emocional e *status* social, mesmo em áreas carentes de capital econômico.

Townsend (1979) adverte que não é apenas a renda que deve ser a base para conceber a pobreza, pois existem outros ativos ou recursos. Argumenta que o nível de controle dos indivíduos sobre os ativos deve atender às necessidades humanas básicas, de desejos, anseios e de prosperidade, bem como melhores capacidades e habilidades. O pensamento do autor refere-se, em especial, ao estilo da vida e à necessidade do reconhecimento social.

Em virtude do campo multidimensional, existem diversos tipos de pobreza que são objetos de pesquisa de distintas ciências, como sociologia, antropologia, psicologia e políticas sociais. Pobreza que é definida das seguintes maneiras: pelas pessoas que a vivenciam, pelas políticas públicas, por pesquisadores, pelo senso comum, entre outras. Nessa amplitude de tantas dimensões, a pobreza é estudada a partir de distintos elementos, entre eles o capital social e os ativos intangíveis.

Em síntese, a multidimensionalidade da pobreza demonstra a não existência de um conceito unívoco e de um único tipo de pobreza. Os desafios econômicos, financeiros e ambientais perpassam por esse problema mundial com características de cada contexto. Segundo Spicker, Álvarez e Leguizamón (2006), os estudos sobre a pobreza foram direcionados para o seu conceito como um fenômeno multidimensional, relacional e dinâmico.

Esses embasamentos teóricos são direcionados para as abordagens contemporânea e sociológica desse estado social, as quais possuem como núcleos as capacidades, as liberdades, as oportunidades, a afirmação e a sustentabilidade (SEN, 2000; NARAYAN 2000; BOURDIEU, 1980, 1986, 2002, 2005; ABRAMOVAY, 2012). Tais atributos envolvem o modo de se desenvolver uma economia.

Os pesquisadores Steven *et al.* (2017) visionavam uma nova forma de economia que possibilitasse ampliar as liberdades individuais. Abramovay (2012, p. 13) enfatiza que “aumentar a eficiência e reduzir a desigualdade no uso dos recursos são objetivos estratégicos de uma nova economia que tenha a ética no centro da tomada de decisões e que se apoie em um metabolismo social capaz de garantir a reprodução saudável das sociedades humanas”.

Abramovay (2012) propõe que a nova economia necessita de nova cultura com relação aos valores atribuídos aos indivíduos pela sociedade de superconsumo. Nessa visão, a sustentabilidade é vista como um modo de ser, um ideal de vida presente e futura em consonância com a proteção ao meio ambiente natural, que inclui o crescimento verde e inclusivo como sendo as dualidades mais dominantes de raízes neoliberais, que assumem uma dimensão adicional: as questões ambientais e a necessidade de compartilhar o crescimento econômico com os mais pobres (GUPTA; VEGELIN, 2016, p. 435).

Streeten *et al.* (1981) explicitaram, em relação à pobreza, a relação entre as necessidades básicas, desenvolvimento e oportunidades. Nessa vertente, essa condição social foi relacionada com a falta de capacidade da população para ter acesso à alimentação, aos postos de saúde, à água potável, ao saneamento básico e à moradia.

A abordagem sobre as necessidades básicas na pobreza foi dividida em três fases: oferta, demanda e instituições. A assertiva é que deve existir oportunidades que englobam a produção ou importação de bens, como o poder de compra dos pobres para aquisição dos produtos. Arranjos organizacionais, para a facilitação da entrega e distribuição desses bens, fazem-se necessários (STREETEN *et al.*, 1981).

Navarro e Arce (2016) defendem a existência de impactos no sentimento de pertencimento a certos grupos sociais. Essa sensação efetiva-se em termos de acesso a recursos, oportunidades e a relações sociais, políticas e econômicas. As diferenças no alcance a esses fatores mostram tanto a desigualdade quanto a percepção do bem-estar, de acordo com o grupo social que atingem.

Outro tipo é com base na renda, que pertence à abordagem clássica da economia nos estudos sobre a pobreza, quando se conecta com distintas vulnerabilidades e desigualdades. Dinzey-Flores (2017, p. 242) cita como “componentes das mesmas a renda, a riqueza e o acesso à oportunidade”. “A pobreza como renda proporciona o conceito desse estado como desigualdade por meio da estratificação das classes” (MILLER; ROBY, 1971, p. 143). Segundo Nicky e Gupta (2017), as políticas modernas podem exacerbar a desigualdade, de forma explícita ou implícita. Rowntree (1901), que foi um dos primeiros pesquisadores a estudar a pobreza, declarou a insuficiência de renda como característica de uma pobreza primária e desenvolveu o conceito de pobreza absoluta, que foi adotado a partir de 1964 nos Estados Unidos, traduzido em um estado de penúria no qual as pessoas não possuem comida, moradia, água potável e vivem em condições de vulnerabilidades.

Silva (2002) discorre que na Alemanha, em 1972, foi utilizado o conceito de pobreza absoluta para a fixação do mínimo de recursos de subsistência como referência aos serviços de assistência nacional. Esse conceito foi aplicado em países europeus e levou à determinação de uma renda mínima. O limite da pobreza nos Estados Unidos e na Alemanha é indexado à evolução dos preços para manter o poder de compra (EUZEBY, 1991, p. 10).

A proposta de Bourguignon e Chakravarty (2003) foi o cálculo de linhas de pobreza separadas para cada uma das dimensões dessa situação social. Na concepção desses pesquisadores, considera-se uma pessoa pobre se ela cair abaixo de pelo menos uma dessas linhas. Outras contribuições notáveis sobre linhas de pobreza são da *Oxford Poverty e Human Development Initiative* (AMEEN, 2017, p. 3).

Maasoumi e Lugo (2008) ressaltam que, mesmo com a evolução do conceito de pobreza como renda para a pobreza de multidimensionalidade, diversas sugestões foram elaboradas para a construção de uma única linha. A sugestão foi o uso de uma combinação de diferentes linhas de pobreza marginal, das várias dimensões dessa situação para avaliação comparativa em diferentes níveis (ALKIRE; FOSTER, 2011). Apesar das vantagens práticas dessas abordagens, a subjetividade continua sendo uma fraqueza crítica, ressaltam Decancq (2013), Pattanaik, Reddy e Xuz (2012) e Ravallion (2011). Tal assertiva leva à teoria das capacitações.

Na concepção de Nussbaum (2011, p. 18), o objetivo da abordagem das capacitações é “avaliar a qualidade de vida e teorizar sobre justiça social básica”. A autora explicita que capacitações, capacidades e funcionamentos têm relacionamentos distintos. Segundo Jordan (2008), no início do século 20 a igualdade e a justiça social necessitavam da intervenção do Estado e da proteção da sociedade diante do cenário de trabalho associado ao movimento político. O autor disserta que em países onde o trabalho social era a província de organizações voluntárias, ali encontrava-se integrado os serviços públicos de saúde, educação e manutenção de renda, fatores que desenvolvem as capacidades de crescimento das pessoas.

As capacitações envolvem a liberdade de realizar ou alcançar o conjunto de funcionamentos, por meio do qual é possível expressar as oportunidades reais que se relacionam com as diversas formas de viver. As capacidades vão ao encontro das interações das ações realizadas por uma pessoa e os funcionamentos correspondem a cada ação ou estado que se encontra nas distintas formas de combinações das capacitações

e capacidades. A autora defende que uma sociedade pode ter aptidão para produzir capacidades internas, mas carece das ofertas das oportunidades para a mobilização dos indivíduos com suas capacidades de ter e de ser (NUSSBAUM, 2011).

Conforme Bourdieu (1980-1990), a renda é o principal capital econômico que se converte em capital cultural e simbólico. A ampliação de capital social favorece o aumento do capital econômico, cultural e simbólico. Bourdieu (1980, 1986) enfatiza o atributo do capital social na constituição e manutenção de relações de classes hierárquicas e desigualdades sociais e econômicas. Para Bourdieu (1980-1990), os sistemas simbólicos constituem armas na luta para produzir e impor a visão dominante do mundo. Entre esses sistemas, existem as “instituições simbólicas religiosas, políticas, legais, jornalísticas, artísticas, acadêmicas e científicas” (WACQUANT, 2017, p. 7). Wacquant (2017) corrobora o compromisso de Bourdieu com os determinantes simbólicos e materiais e suas interações na vida social e, em especial, em observar como os recursos podem ser mobilizados e convertidos em estratégias sociais.

Outra forma de conceber pobreza é relativa com a ênfase no bem-estar (SEN, 2000), e essa dimensão trouxe um enfoque social para as concepções econômicas. O conceito de pobreza relativa com bem-estar inseriu-se como parte integrante das políticas sociais internacionais (CRESPO; GUROVITZ, 2002). “É um conceito social e amplo de pobreza que envolve recursos intangíveis e tangíveis, dimensão sociocultural, bem-estar psicológico e requisitos sociais para interação e integração” (NAVARRO; ARCE, 2016, p. 48).

A “mensuração da pobreza relativa compreende a existência real de oportunidades, que envolve escolha individual e processos de política pública” (SEN, 2000, p. 266). Tais processos remetem aos estudos da estrutura de oportunidades e dos arranjos institucionais das políticas sociais. O fundamento da teoria das capacitações refere-se ao que “os indivíduos estão aptos a fazer, bem como às condições que eles podem planejar, organizar e realizar ações para ter vida significativa” (SEN, 2000, p. 47). Isso conduz às liberdades de decisão que se encontram inter-relacionadas, suscitando o fortalecimento do ciclo de promoção das capacidades do indivíduo e que se classificam como políticas socioeconômicas (SEN, 2000, 2001).

No âmbito conceitual também está a pobreza como juízo de valor, e, nesse caso, direciona-se por uma visão subjetiva do indivíduo a respeito de suas necessidades e capacidades. Esse indivíduo encontra-se preso à imaginação e à normatização dos padrões da sociedade do que seja ou não pobreza. Para Sen (1981, p. 17), o “exercício de avaliação da pobreza não se atrela ao valor de julgamento de uma sociedade e tampouco a algum tipo de exercício subjetivo”. Para os estudos desse estado social, as “convenções de sociedade são questões de fato e não questões de moralidade ou de pesquisa subjetiva” (HOBBSAWM, 1968, p. 398). Nos discernimentos de Warren, Thompson e Saegert (2014) e Coleman e Hoffer (1987), existe um bem comum denominado capital social, que desempenha uma relevância na proteção e garantia dos aspectos do bem-estar pessoal, por exemplo, a segurança contra o crime e o acesso à saúde pública.

Para finalizar esse tópico, tem-se a pobreza segundo a percepção dos protagonistas, ressaltada a partir dos estudos de Narayan (2000, 2005). Suas pesquisas são uma extensão dos estudos do indiano Amartya Sen. As atribuições e ações desenvolvidas pela sociedade, comunidades e pelas políticas sociais, só podem ser eficazes se os indi-

víduos em situação de pobreza tiverem interesse em serem atores ativos de suas vidas (NARAYAN, 2000). Essa conceituação explica a pobreza como ausência de condições de recursos tangíveis (materiais) e recursos intangíveis (atributos psicossociais).

Nos estudos de Narayan (2000, 2005), houve a aplicação das Avaliações Participativas sobre a Pobreza (APPs). O método de pesquisa foi ouvir o que os pobres tinham a dizer. As pesquisas concentraram-se em observar como os indivíduos em situação de pobreza percebiam as distintas manifestações oriundas dessa situação, suas causas e os fatores limitantes de oportunidades.

Os resultados apontaram o restrito acesso a bens e a créditos como uma das limitações das oportunidades e que causava isolamento, discriminação de sexo, etnia, classe ou religião. As falas dos pesquisados evidenciaram as dificuldades de acesso aos serviços públicos, como promoção de saúde, escolas, programas de planejamento familiar e transporte. Houve a identificação dos ativos mais valorizados pelos indivíduos em situação de pobreza, os quais foram considerados recursos, que são os capitais. No desenvolvimento teórico das pesquisas, houve a elaboração da associação da falta de ativos (físicos, humanos, sociais e ambientais) à vulnerabilidade e ao risco a que as pessoas estavam submetidas (NARAYAN, 2000). O Quadro 1 apresenta as sínteses de concepções de pobreza e suas abordagens por autor(a).

Quadro 1 – Síntese de Concepções de Pobreza e seus Autores

Autor	Síntese de Concepções	Abordagem
Townsend (1979)	Pobreza relacionada a ativos tangível e intangível.	Socioeconômica
Narayan (2000)	Pobreza segundo a percepção dos protagonistas.	Socioeconômica
Narayan (2000); Sen (2000); Bourdieu (1980, 1986, 2002, 2005).	Pobreza vista como capacidades, liberdades, oportunidades, afirmação e sustentabilidade.	Sociológica
Sen (2000)	A teoria das capacitações refere-se ao que os indivíduos estão aptos a fazer, bem como as condições em que eles podem planejar, organizar e realizar ações para ter vida significativa.	Socioeconômica
Spicker; Álvarez Leguizamón, S.; Gordon (2006)	Fenômeno multidimensional, relacional e dinâmico.	Econômica
Streeten <i>et al.</i> (1981)	Pobreza como ausência de necessidades básicas.	Socioeconômica
Silva (2010)	Pobreza como violação de direitos humanos.	Econômica
Dinzey-Flores (2017)	Pobreza baseada na renda.	Econômica
Lipina; Evers (2017)	Pobreza oriunda da privação material, emocional e simbólica.	Socioeconômica
Steven <i>et al.</i> (2017)	Pobreza como renda e liberdades individuais.	Sustentável
Crespo; Gurovitz (2002), Navarro; Arce (2016)	Pobreza relativa com ênfase no bem-estar.	Socioeconômica
Sen (1981), Hobsbawm (1968) Crespo; Gurovitz; (2002)	Pobreza como juízo de valor.	Socioeconômica

Fonte: Elaborado pelos autores, a partir do referencial teórico deste trabalho.

A noção de ser pobre, para a maioria da população, em geral, refere-se a não ter renda. Uma pessoa, no entanto, poderá ser definida como pobre em uma instância e em outra não. A pessoa ou a família é pobre no sentido de que a pobreza está relacionada com contextos particulares e envolve vários aspectos econômicos, sociais e de justiça.

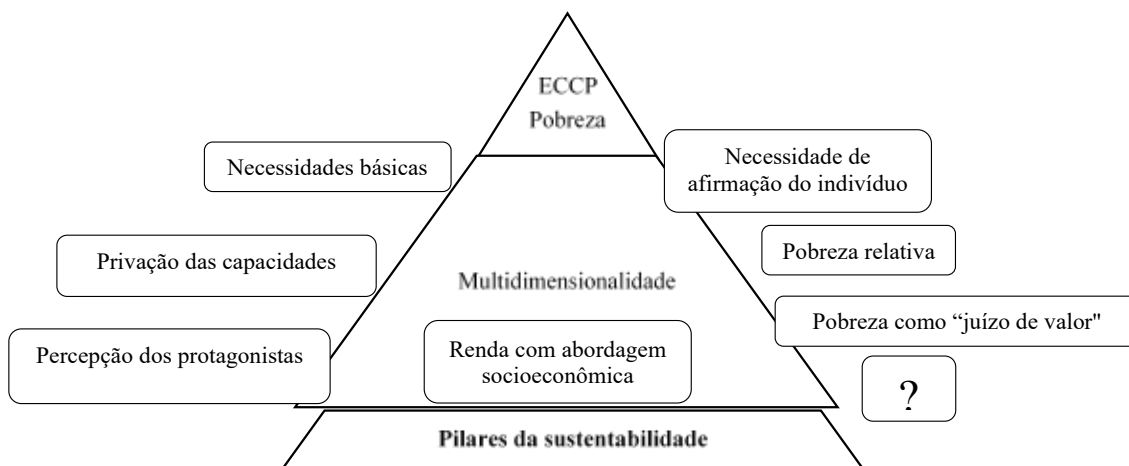
A pobreza que se apresenta em um determinado local pode não ser a que surge em outro. Ser pobre no Brasil, portanto, é diferente de ser pobre na África ou nos EUA. No Brasil, ser pobre nas Regiões Sul e Sudeste é diferente de ser pobre nas Regiões Norte e Nordeste (FERREIRA; LUGO, 2013). Sen (1981, p. 27) exemplifica que a “fome é aceita de forma universal como um caso de extrema pobreza (absoluta), independente do padrão relativo dentro da sociedade”.

Jordan (2008) corrobora o assunto recorrendo à abordagem da justiça social com ênfase nas capacidades e na liberdade das pessoas de fazerem o que precisam para alcançar os seus objetivos. Há, portanto, necessidade de meios que dependem de cada contexto, relacionados aos funcionamentos e que devem ser habilitados para a saúde, conhecimento, entre outros (SEN, 1984).

Jordan (2008) destaca que se deve ter atenção ao grau com o qual as políticas, as práticas e as organizações contribuem para a formação de indivíduos resilientes, robustos, eficazes e capazes de aproveitar as oportunidades. Clark (2007), em seus estudos, mencionou o uso eficaz dos recursos naturais para promover o alívio da pobreza. Entre eles, cita “os melhores acessos para se ter água com qualidade e promoção de sistemas limpos de energia através de urbanizações mais rápida e sustentáveis” (p. 2).

De forma específica, no campo complexo e amplo da sustentabilidade, Johnson, Riis e Noble (2016) desenvolveram estudos da influência da pobreza quanto aos aspectos cognitivos. Eles mencionam que a pesquisa genética comportamental sugere que “variação genética confere vulnerabilidade ou resiliência aos ambientes e ajuda a explicar diferenças individuais no impacto da pobreza no cérebro, no desenvolvimento cognitivo e nas emoções” (p. 2). Diante da não limitação do conceito multidimensional dessa condição social, elaborou-se uma Estrutura Conceitual Contemporânea da Pobreza – ECCP (Figura 1).

Figura 1 – Estrutura Conceitual Contemporânea da Pobreza



Fonte: Elaborada pelos autores a partir do referencial teórico deste artigo.

A estrutura evidencia a visão multidimensional da pobreza que sustenta os demais conceitos. Todas as dimensões apresentam as diversas definições com cerne na teoria de Amartya Sen. A renda com abordagem socioeconômica tem origem na abordagem clássica, mas não se prende à visão de que a renda seja a única causa da pobreza. O enfoque deve ser para suprir a privação das capacidades e das necessidades básicas. A visão contemporânea argumenta por uma renda justa, contínua, construtivista e emancipatória.

Para a dimensão da privação das capacidades e da ausência das necessidades básicas, há necessidade de renda. A dimensão da pobreza relativa concebe capacidades, liberdades e oportunidades. As dimensões vão ao encontro da necessidade de se reconhecer o ator da situação de pobreza e o seu contexto de vida.

A pobreza relativa tem, em seu âmbito, a caracterização do conceito das capacidades e das oportunidades. A pobreza como juízo de valor insere-se como parte da cultura da sociedade e é a abordagem necessária para a conduta ética, as relações e os novos modos de viver na era contemporânea.

A base da ECCP é a sustentabilidade que ampara todos os demais conceitos nos pilares econômicos, sociais, humanos e ambientais. A dimensão interrogativa da estrutura demonstra a flexibilidade para a inserção de novas possibilidades da situação de pobreza, haja vista a diversidade de contextos, o capitalismo financeiro e a constante mutabilidade das condições de vida na modernidade.

A conceituação contemporânea da pobreza pelas pessoas que vivem nessa situação se torna essencial para melhores políticas sociais. Delinear empiricamente a realidade é uma forma indutiva de construção científica e de elaboração das políticas sociais.

Nos pilares econômicos, sociais, humanos e ambientais da sustentabilidade, desenvolvem-se os elementos da renda, as capacidades, os recursos materiais, ambientais e intangíveis. Como exemplo desses últimos, têm-se a capacidade cognitiva, o pertencimento, a redução de estigmas e as emoções das pessoas, ou seja, o cerne é o capital humano.

A pobreza, na vertente da sustentabilidade, não se dissocia da necessidade de renda, dos valores, das capacidades e das oportunidades, e sim engloba todos os conceitos contemporâneos com inclusão do meio ambiente e da integração do capital financeiro com o humano para mitigar a situação de pobreza. Para tanto, a Gestão Social é a melhor via, por ter uma proposta que diverge do modelo hegemônico a partir de práticas com a participação dos sujeitos nos processos de tomadas de decisão (ABREU; OLIVEIRA; KRAEMER, 2019).

ATIVOS INTANGÍVEIS E CAPITAL SOCIAL: A BUSCA DE UM ELO ENTRE A ABORDAGEM SOCIOLÓGICA E A CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO

Nas pesquisas contemporâneas sobre pobreza, os termos de capital social e ativos intangíveis, em geral, possuem uma abordagem financeira ou socioeconômica com restritas pesquisas. Lipina e Evers (2017, p. 2) traduzem esse estado social como: “a pobreza é definida como uma circunstância econômica, na qual os padrões de vida, a desi-

gualdade e a posição econômica são os principais componentes; e é uma circunstância social que se apresenta como falta de necessidade básica, incluindo as relações com as pessoas e com as coisas”.

Como parte integrante da abordagem sociológica, tem-se a linha de pesquisa dos capitais, em especial do social e do intangível. Esses termos possuem, todavia, conotações diferentes no campo da Administração. Uma delas é a ênfase instrumentalista do capital social, como explicitado por Ludícibus *et al.* (2010, 2011), quando coloca o capital social representando o investimento inicial efetuado na companhia dos donos desse valor, efetivado por meio de dinheiro, bens e direitos. Existe, assim, uma restrição do termo capital social com enfoque mais de instrumento financeiro e com perspectivas de poder, regulação, dominação e responsabilidade limitada. Tais perspectivas carecem de abordagens das relações sociais no âmbito da Administração.

Destarte, é necessário que os pesquisadores em administração delineiem e compreendam outros conceitos de capital social e intangível, transcendendo aos aspectos de investimentos dos capitais para uma concepção das relações que acontecem com o capital social. Deve-se, também, ater-se às ambiguidades conceituais das abordagens e buscar aplicá-las aos estudos de pobreza.

A Administração carece de apropriar-se da abordagem conceitual dos termos capital social e intangíveis de visão sociológica e incorporá-los nas pesquisas de responsabilidade social das empresas com o seu entorno e abrangência, e reconhecer os impactos das atividades empresariais nas comunidades locais em situação de pobreza, avaliando causas, efeitos e benefícios. Por fim, deve-se considerar que a mitigação da pobreza não é um problema somente de gestão pública, e sim de parcerias público-privadas. O fortalecimento dos conceitos de capital social e intangível, com a inserção conceitual utilizada na área da Sociologia, possibilita uma nova amplitude de campo de estudo e contribui para a identificação e a valorização dos elementos de mitigação da pobreza.

Estudar pobreza na área da Administração, portanto, requer compreender as abordagens de capital social e ativos intangíveis, pois existem ambiguidades entre seus conceitos nos campos sociológicos e da administração, em especial quando aplicados no ambiente empresarial corporativista.

O termo intangível é atrelado a ativos que não possuem substância física, que não podem ser palpáveis. Segundo Hendriksen e Van Breda (1999), tais ativos não podem ser tocados, mas representam relevância no conjunto de capital das instituições e na contemporaneidade, sendo diferenciais e competitivos. Lev (2001) concebe ativo intangível como um direito a benefícios futuros, que pode ser derivado das estratégias organizacionais de inovação e das capacidades dos recursos humanos.

Uma análise interpretativa dos termos capital social e intangível, pela Sociologia e pela Administração, aponta para a congruência da importância dos ativos intangíveis e do capital social para as empresas e para os problemas sociais. Envolve, portanto, a Administração Pública. Sendo assim, esse termo – ativo intangível no campo da pobreza – faz-se interessante para a compreensão dos distintos capitais, em especial o capital cultural, que, de forma implícita, engloba o capital intelectual das pessoas.

Em síntese, na situação de pobreza, o ativo intangível necessita da visão sociológica, que tem como intangível o capital social, representando as relações de diversos atores. Como mensurar essas relações? Os graus de confiabilidade, solidariedade e fidelidade são estratégias a serem gerenciadas para a boa relação entre a empresa e o seu entorno. Nesse contexto, tem-se outra indagação: Uma comunidade pode influenciar nos resultados empresariais e na sua continuidade?

Ijaiya *et al.* (2012) compreendem o capital social a partir de Portes (1998), e defendem que esse capital representa a capacidade de obtenção de benefícios pelos atores participantes em redes sociais ou estruturas sociais. Nesse ambiente, em primeiro lugar, os autores esclarecem que o conceito de capital social se torna relevante tanto no âmbito micro quanto no macro. Em segundo lugar, essa observação inclui instituições como o governo, o estado de direito e as liberdades civis, religiosas e políticas. Existem evidências de que no nível macro o capital social tem impacto mensurável no desempenho econômico nacional (KNACK, 1999). No nível micro, o capital social refere-se à rede e às suas normas de interações entre indivíduos, lares e comunidades. Andriani e Karyampas (2010) corroboram ao considerar que no nível macro o capital social refere-se a um ativo social advindo de um sistema baseado em confiança, valores de ações e normas.

Cabe à Administração como Ciência Social assessorar os empreendimentos com uma gestão financeira e social, ou seja, uma gestão de sustentabilidade realística na área pública ou privada e não de gerenciamento de resultados para enriquecimento da minoria e exploração de recursos naturais, pois o enriquecimento da minoria é contrário à superação da pobreza, ao capital social compartilhado e ao maior patrimônio humano: o direito à vida digna. Sem a vida humana não haverá mercado, não haverá produção e não haverá consumo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das ponderações e análises no decorrer deste estudo, buscou-se problematizar as concepções de pobreza multidimensional com base no discernimento e gestão de ativos intangíveis e capital social como elementos emancipatórios e necessários para a sobrevivência. A divergência conceitual desses elementos pela abordagem sociológica e pela ciência da Administração pode levar os estudiosos à aplicação errônea dos mesmos no campo da mitigação da pobreza.

Tais considerações justificam o porquê da concepção dos conceitos sociológicos no campo da Administração para os estudos da pobreza, alinhadas às perspectivas dos capitais analisados por Bourdieu, o qual explicita as relações por meio do capital social. Essas dimensões relacionais não são percebidas quando as políticas públicas e as intervenções no campo da Gestão Social trabalham com o capital social na vertente de investimentos, existindo uma necessidade de fortalecer o conceito de que a origem desse capital advém das relações dos proprietários do capital econômico com seus diversos *stakeholders*.

O capital social, na análise da dimensão financeira das pessoas e famílias, pode ser utilizado no campo da pobreza como o capital social monetário tangível, que irá representar as fontes dos primeiros recursos que as pessoas em situação de pobreza possuem, ou possam ter, e onde há um valor monetário. Com o tempo, as variações desse capital poderão constituir patrimônio de forma paulatina, mas, para isso, é necessário mitigar a situação de pobreza.

O capital social, como recurso inicial para a realização de um empreendimento, necessita, *a priori*, de relações de distintos atores para poder efetivar-se e sobreviver. O intangível caracteriza um ativo invisível e de difícil mensuração, mas que tem como atributo potencial possibilitar benefícios presentes ou futuros. Esse ativo coaduna com a intangibilidade sociológica que se direciona aos aspectos simbólicos e culturais de reconhecimento, pertencimento, capacidades e liberdades das pessoas na sociedade. Esses aspectos, quando trabalhados e oportunizados, trazem melhores condições de vida e, ainda, agregam valor intrínseco ao “eu” de cada capital humano. Justamente esse benefício, advindo desses aspectos intangíveis, é que torna as pessoas mais capazes, as quais, se estiverem em situação de pobreza, podem se tornar atores protagonistas de suas vidas, com participação na família, na comunidade, na vida política, nas organizações, enfim, uma sociedade sustentável.

Todas as dimensões da sustentabilidade (econômica, social e ambiental) são necessárias para a mitigação da pobreza. Os investimentos em cada uma delas têm como objetivo proporcionar melhores condições de vida e preservar os recursos naturais e a vida humana, partindo da necessidade de um desenvolvimento atrelado à equidade da utilização de recursos e diminuição da desigualdade.

Os estudos sobre a pobreza não se limitam às abordagens delineadas neste estudo, uma vez que representam diretrizes para novas pesquisas. Sua base é o pressuposto da pobreza como fenômeno complexo e multidimensional, que transcende a abordagem clássica desse condicionante social, atrelado ao fator renda e que requer uma visão sociológica no campo da Administração, de forma a conceber um conceito de sustentabilidade para esse contexto.

A estrutura conceitual contemporânea proposta evidenciou os conceitos atuais de pobreza. Possibilitou a identificação de fatores complementares à renda e às capacidades, por exemplo, a influência das emoções e do ambiente natural, social e suas relações, que, no geral, aportam-se em estudos sociológicos e psicológicos. Inserem-se na vertente da sustentabilidade, recomendada para novos estudos sobre a pobreza, nos campos da Administração Pública e das políticas sociais.

Este estudo contribui para a ampliação de pesquisas sociais na área da Administração, da análise de políticas públicas e das intervenções sociais guiadas por pressupostos da Gestão Social, em especial na temática de pobreza, com gestão do ativo intangível e capital social. A partir dos achados do presente artigo, sugere-se, para novas pesquisas, a utilização de métodos qualitativos e procedimentos de investigação dos sujeitos em situação de vulnerabilidade econômica e social, por meio da metodologia dos estudos de Narayan (2000), bem como pela inserção da abordagem da sustentabilidade e dos instrumentos de gestão utilizados na Administração.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. *Muito além da economia verde*. São Paulo: Abril, 2012.
- ABREU, J.; OLIVEIRA, V.; KRAEMER, C. Uma análise de construtos teóricos sobre participação e gestão social. *Desenvolvimento em Questão*, v. 17, n. 48, p. 34-51, 2019.
- ALKIRE, S.; FOSTER, J. Understandings and misunderstandings of multidimensional poverty measurement. *Journal of Economic Inequality*, v. 9, p. 289-314, 2011.
- ÁLVAREZ, E. R. C.; ROMANÍ, J. R. Measuring social capital: further insights. *Gaceta Sanitaria*, v. 31, n.1, p. 57-61, 2017.

- AMEEN, J. R. M. Optimal multi-dimensional poverty lines: The state of poverty in Iraq. *Mathematical Methods and Computational Techniques in Science and Engineering. In: AIP Conference Proceedings*, p. 1.872, 2017.
- ANDRIANI, L.; KARYAMPAS, D. Social Capital, poverty and social exclusion in Italy. *Birkbeck Working Papers in Economics & Finance*, University of London. WC1E 7H, 2010.
- BERTOLAMI, M. *et al.* Sobrevivência de empresas nascentes: influência do capital humano, social, práticas gerenciais e gênero. *Revista de Administração Contemporânea*, v. 22, n. 3, p. 311-335, 2018.
- BOURDIEU, P. Le capital social – notes provisoires. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n. 31, p. 2-3, 1980.
- BOURDIEU, P. *The Logic of Practice*. Stanford: Stanford University Press, 1980-1990.
- BOURDIEU, P. The forms of capital. In: RICHARDSON, J. G. (ed.). *Handbook of theory and research for the sociology of education*. New York: Greenwood Press, 1986.
- BOURDIEU, P. Espaço social e gênese das classes. In: BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- BOURDIEU, P. Condição de classe e posição de classe. In: BOURDIEU, P. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2005.
- BOURGUIGNON, F.; CHAKRAVARTY, S. *Journal of Economic Inequality*, v. 1, n. 1, p. 25-49, 2003.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social NOB/SUAS*. Brasília, 2005.
- CAIRNS, J. C. Inside and out: a critical analysis of social capital. *Journal of Poverty and Social Justice*, v. 25, n. 3, p. 233-248, 2017.
- CAMARA, G.; MISOCZKY, M.C. A produção teórica sobre a pobreza na administração. *Administração Pública e Gestão Social*, v. 11, n. 1, p. 45-56, 2019.
- CAMARA, G.; MISOCKY, M.; PEDROSO, M. A Produção Teórica sobre a Pobreza na Administração. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO. 37., 2013, Rio de Janeiro. *Anais eletrônicos [...]*. Rio de Janeiro: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, 2013.
- CECCHI, C.; MOLINAS, L.; SABATINI, F. Social capital and poverty reduction Strategies: the case of rural India. In: BASILE, E.; MUKHOPADHYAY, I. (orgs.). *The changing identity of Rural India: a Sociohistoric Analysis*. Kolkata: Anthem Press, 2009, p. 1-31.
- CLARK, W. C. Sustainability science: a room of its own. *The National Academy of Sciences of the USA. PNAS*, v. 6, n. 104, p. 1.737-1.738, 2007.
- COLEMAN, J. S.; HOFFER, T. B. *Public and Private Schools: The Impact of Communities*. New York: Basic Books, 1987.
- CRESPO, A. P. A.; GUROVITZ, E. A pobreza como um fenômeno multidimensional. *Revista de Administração Eletrônica*, v. 1, n. 2, p. 1-12, 2002.
- DA SILVA, W. M. Contribuições e Limitações de Revisões Narrativas e Revisões Sistemáticas na Área de Negócios. *Revista de Administração Contemporânea*, v. 23, n. 2, p. 1-11, 2019.
- DECANCO, K. Copula-based measurement of dependence between dimensions of well-being. *Oxford Economic Papers*, p. 1-21, Dec. 2013.
- DINZEY-FLORES, Z. Z. Spatially polarized landscapes and a new approach to urban inequality. *Latin American Research Review*, v. 52, n. 2, p. 241-252, 2017.
- EUZEBY, C. *Le revenu minimum garanti*. Paris: La Decouvert, 1991.
- FERREIRA, F. H. G.; LUGO, M. A. Multidimensional poverty analysis: looking for a middle ground. *The World Bank Research Observer*, v. 28, n. 2, p. 220-235, 2013.
- FIALHO, J. O capital social no contexto da Teoria Sociológica contemporânea. *Desenvolvimento e Sociedade*, n. 1, p. 69-82, 2016.
- FRAGA, M. S.; TEODÓSIO, A. S. S. Estratégias das microfinanças e da pobreza nos países em desenvolvimento: a realidade das instituições brasileiras e seus desafios. *4th International Conference on Democratic Governance in the Developing World Community & Civic Engagement: Prerequisite for Fostering Sustainable Development in the Developing World*, p. 28-29, June 2018.
- GROOTAERT, C. *Does Social Capital Help the Poor? A synthesis of findings from the local level institutions studies in Bolivia, Burkina Faso, and Indonesia*. World Bank, 2001. Disponível em: <https://agris.fao.org/agris-search/search.do?recordID=US2012406327>.
- GUPTA, J.; VEGELIN, C. Sustainable development goals and inclusive development. *International Environmental Agreements*, n. 16, p. 433-448, 2016.

- HELAL, D. H.; NEVES, J. A. B. Superando a pobreza: o papel do capital social na região metropolitana de Belo Horizonte. *Cadernos Ebape-BR*, v. 5, n. 2, p. 1-13, 2007.
- HENDRIKSEN, E. S.; VAN BREDA, M. *Teoria da contabilidade*. São Paulo: Atlas, 1999.
- HOBBSAWM, E. J. Poverty. In: SILLS, D. L. *New International Encyclopaedia of the Social Sciences*. n. 12, London: Macmillan, 1968.
- IJAIYA, A. M. et al. Social capital and poverty reduction in Nigeria: a case study of Minna Metropolis. *International Journal of Business and Social Science*, v. 3, n. 12, [Special Issue], June 2012.
- IJAIYA, M. A.; MARIKAN, D. A. A.; RAMLI, N. R. Social capital and poverty reduction in Niger State, Nigeria: a structural equation modelling approach. *International Journal of Academic Research in Business and Social Sciences*, v. 6, n. 11, p. 287-302, 2016.
- IUDÍCIBUS, S. et al. *Teoria da contabilidade*. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- IUDÍCIBUS, S. et al. Uma reflexão sobre a contabilidade: caminhando por trilhas da “teoria tradicional e teoria crítica”. *Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos*, v. 8, n. 4, p. 274-285, 2011.
- JOHNSON, S. B.; RIIS, J. L.; NOBLE, K. G. State of the art review: poverty and the developing brain. *Pediatrics*, v. 137, n. 4, p. 1-16, 2016.
- JORDAN, B. Social work and world poverty. *International Social Work*, v. 51, n. 4, p. 440-452, 2008.
- KNACK, S. *Social Capital, Growth and Poverty: a survey of cross-country evidence*. The World Bank Social Capital Initiatives Working Paper, n. 7, 1999.
- KAZTMAN, R. et al. *Vulnerabilidad, activos y exclusión social en Argentina y Uruguay*. Santiago do Chile: Equipo Técnico Multidisciplinario para Argentina, Brasil, Chile, Paraguay y Uruguay, 1999. 106 p.
- LEV, B. *Intangibles: management, measurement and reporting*. Washington: Brookings Institution Press, 2001.
- LIPINA, S. J.; EVERS, K. Neuroscience of childhood poverty: evidence of impacts and mechanisms as vehicles of dialog with ethics. *Frontiers in Psychology*, v. 8, n. 61, p. 1-13, 2017.
- MAASOUMI, E.; LUGO, M. A. The Information basis of multivariate poverty assessments. In: KAKWANI N.; SILBER, J. *Quantitative Approaches to Multidimensional Poverty Measurement*. New York: Palgrave Macmillan, 2008.
- MACDONALD, R. et al. Growing up in poor neighbourhoods: the significance of class and place in the extended transitions of “socially excluded” young adults. *Sociology*, v. 39, n. 5, p. 873-891, 2005.
- MATTHEWS, P.; BESEMER, K. Social networks, social capital and poverty: panacea or placebo? *Journal of Poverty and Social Justice*, v. 3, n. 23, p. 189-201, 2015.
- MELO, P. T. N. B.; REGIS, H. P.; BELLEN, H. M. V. Princípios epistemológicos da teoria do capital social na área da administração. *Cadernos EBAPE.BR*, v. 13, n. 1, p. 136-164, 2015.
- MILLER, S. M.; ROBY, P. Poverty: Changing social stratification. In: TOWNSEND, P. *The Concept of Poverty*. London: Heinemann, 1971.
- MOSER, C. The asset vulnerability framework: reassessing urban poverty reduction strategies. *World Development*, New York, v. 26, n. 1, 1998.
- NARAYAN, D. et al. *Voices of the poor: crying out for change*. New York: Oxford University Press; World Bank, 2000.
- NARAYAN, D. *Voices of the poor – Can anyone hear is?* New York: Oxford University Press; World Bank, 2000.
- NARAYAN, D. *Voices of the poor – Can anyone hear is?* New York: Oxford University Press; World Bank, 2005.
- NAVARRO, C. L.; ARCE, G. M. Revisitando el concepto de exclusión social: su relevancia para las políticas contra la pobreza en América Latina. *Revista del CLAD Reforma y Democracia*, n. 65, p. 39-68, 2016.
- NICKY, R. M. P.; GUPTA, J. Inclusive Development: A Multi-Disciplinary Issue. *Environmental Sustainability*, 2017.
- NUSSBAUM, M. *Creating capabilities – The Human Development Approach*. Cambridge, MA, Londres, UK: The Belknap Press of Harvard University Press, 2011.
- PATTANAIAK, P. K.; REDDY, S. G.; XU, Y. *Oxford Economic Papers*, n. 64, p. 43-56, 2012.
- PNUD. Programa de las Naciones Unidas Para el Desarrollo. In: GARCÍA, S. *Situación socioeconómica de la población afrocolombiana en el marco de los objetivos de desarrollo del milenio, en Población afrodescendiente de América Latina*. Panamá: Naciones Unidas, 2010.
- PNUD. Programa de las Naciones Unidas Para el Desarrollo. In: JIMÉNEZ, A. (ed.). *Aprendiendo a vivir juntos: convivencia y desarrollo humano en Costa Rica*. Informe nacional sobre desarrollo humano. San José: Naciones Unidas, 2013.

- PNUD. Programa de las Naciones Unidas Para el Desarrollo. *Informe de desarrollo humano en Chile: los tiempos de la politización*; Santiago: Naciones Unidas, 2015.
- PORTES, A. Social capital: its origins and applications in modern sociology. *Annual Review of Sociology*, v. 24, n. 1, p. 1-24, 1998.
- PUTNAM, R. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: FGV, 2000.
- RAVALLION, M. On multidimensional indices of poverty. *Journal of Economic Inequality*, v. 9, n. 2, p. 235-248, 2011.
- ROWNTREE, B. S. *Poverty: a study of town life*. Londres: Macmillan, 1901.
- SANTOS, C. G.; CARRION, R. S. M. Microcrédito e pobreza: um diálogo possível? *RAC – Revista de Administração Contemporânea*, v. 13, n. (spe), p. 53-67, 2009.
- SEN, A. *Poverty and Famines Essay on Entitlement and Deprivation*. Oxford: Clarendon press, 1981.
- SEN, A. Wellbeing, agency and freedom: the Dewey Lectures. *Journal of Philosophy*, v. 82, n. 4, p.169-221, 1984.
- SEN, A. K. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- SEN, A. *Desigualdade reexaminada*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- SILVA, M. O. O debate sobre a pobreza: questões teórico-conceituais. *Revista de Políticas Públicas*, v. 6, n. 2, p. 65-102, 2002.
- SILVA, M. *Rendimento, pobreza e condições de vida – os diferentes olhares das estatísticas sobre a pobreza, as desigualdades e a privação material em Portugal*. Lisboa, Portugal: Instituto Nacional de Estatística, INE, 2010.
- SPICKER, P.; ÁLVAREZ LEGUIZAMÓN, S.; GORDON, D. *Poverty*. An international glossary. London: Zed-Books, 2006.
- STEVEN, J. L. *et al.* Resilience offers escape from trapped thinking on poverty alleviation. *Sci. Adv.*, n. 3, 2017.
- STREETEN P. *et al.* *First Things First: Meeting Basic Human Needs in Developing Countries*. New York and Oxford: Oxford University Press; The World Bank Press, 1981.
- TENZIN, G.; OTSUKA, K.; NATSUDA, K. Can Social Capital Reduce Poverty? A Study of Rural Households in Eastern Bhutan. *Asian Economic Journal*, v. 29, n. 3, p. 243-264, 2015.
- TOWNSEND, P. The Definition and Measurement of Poverty. London: HMSO, p. 17-18, 1979.
- WACQUANT, L. Bourdieu viene a la ciudad: pertinencia, principios, aplicaciones1. *Eure*, v. 43, n. 129, p. 279-304, 2017.
- WARREN, M.; THOMPSON, J. P.; SAEGERT, S. The Role of Social Capital in Combating Poverty. *New England Journal of Public Policy*, 26 (1), p. 11, 2014.
- WOOLCOCK, M.; NARAYAN, D. Social capital: implications for development theory, Research and Policy, 2000. *The World Bank Research Observer*, v. 15, n. 2, p. 225-249, August 2000.
- XAVIER, M. Q.; PACHECO, V.; PADOAN, F. A. C. Capital social: o ativo intangível básico para o desenvolvimento social sustentável. *Enfoque: Reflexão Contábil*, v. 27, n. 3, p. 22-31, 2008.